

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
*CAMPUS* SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS CURSO DE  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Mateus Nascimento

**FIGURAS MASCULINAS DA EDUCAÇÃO  
INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SOROCABA:  
DISCUSSÃO SOBRE A PERFORMATIVIDADE DE  
GÊNEROS**

SOROCABA

2021

Mateus Nascimento

**FIGURAS MASCULINAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNÍCIPIO DE  
SOROCABA: DISCUSSÃO SOBRE A PERFORMATIVIDADE DE GÊNEROS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentada ao Curso de Licenciatura  
Plena em Pedagogia para obtenção do  
título de Licenciado em Pedagogia.

Orientação: Prof. Dr. Aldo Ambrózio e  
coorientação: Profa. Dra. Barbara  
Cristina Moreira Sicardi Nakayama

Sorocaba

2021

Nascimento, Mateus

Figuras masculinas da educação infantil no município de Sorocaba: discussão sobre a performatividade de gêneros / Mateus Nascimento -- 2021.  
47f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,  
campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Bárbara Cristina Moreira Sicardi  
Nakayama

Banca Examinadora: Carolina Rodrigues de Souza,  
Geraldo Tadeu Souza

Bibliografia

1. Performatividade. 2. Gênero. 3. Educação Infantil. I.  
Nascimento, Mateus. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -  
CRB/8 6979

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho principalmente para minha avó Margarida (In memoriam) e à minha mãe Regina, como também para todas as pessoas que trabalham na Educação independentemente do cargo, aos movimentos sociais feministas, negros e LGBTQIA+ e afins.

## AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer a todas as crianças que passaram pela minha vida pessoal nos espaços da Educação Infantil e proporcionaram a alegria das descobertas, das brincadeiras e da simplicidade.

A minha família e aos meus queridos e amados sobrinhos que estavam na torcida para que o TCC acabasse logo, para que eu voltasse a brincar e desenvolver atividades para com eles.

Para todos trabalhadoras da Educação que contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional nos espaços das creches onde já trabalhei e trabalho bem como nos espaços da UFSCar, gostaria de agradecer as pessoas que limpam esses espaços proporcionando um ambiente agradável para que possamos nos sentir acolhidos, as pessoas que trabalham no preparo das merendas/refeições que com muito amor e carinho desenvolvem nossa alimentação, as pessoas que trabalham na administração escolar (secretarias, gestão, coordenação, etc.), que mesmo em meio a tanta burocracia conseguem realizar um atendimento humanizado, para todos professores e auxiliares de educação da rede pública de Sorocaba que mesmo em situações precárias e/ou difíceis desenvolvem um trabalho de excelência com as crianças e para todos docentes da UFSCar que contribuíram para minha formação intelectual/ profissional bem como a compreensão enquanto ser humano.

Quero agradecer de coração aos meus queridos orientadores Barbara e Aldo, pela possibilidade de desenvolver esse trabalho tão significativo para minha formação. Em especial gostaria de agradecer ao querido Aldo que me acompanhou desde o TCC I e pela condução do processo envolvendo esse trabalho.

Agradecimento para a docente Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carolina Rodrigues de Souza e para o docente Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Geraldo Tadeu Souza por integrarem a banca que avaliou esse trabalho.

Agradeço também ao meu paciente namorado Gabriel (Luv) que teve toda delicadeza do mundo com minhas oscilações de humor, incertezas, mudança de

temas, desabafos, etc., me auxiliando com palavras de conforto e uma tenra amizade.

Para meus amigxs, do trabalho, da UFSCar e da vida por serem partes da minha vida e constituírem um todo necessário para minha significância.

A cultura Queer por possibilitar a (re) construção da minha identidade.

Por último e para finalizar, com destaque, agradeço aos meus pais, Samuel e Regina, por constituírem uma grande família de sete filhxs, e atualmente oito netxs, com destaque para minha mãe que sempre amou crianças e que acredita em “pontes” entre as pessoas, unindo-as.

*Os gêneros não podem ser verdadeiros nem  
falsos, reais nem aparentes, originais nem  
derivados.*

**Judith Butler**

## RESUMO

A inserção da figura masculina nos espaços da Educação Infantil decorre da transformação social, através de muita luta dos movimentos feministas a fim de desconstruir o paradigma soberano do homem branco heterossexual e cristão que impõe o controle dos corpos e da performance de gêneros, logo, o feminino se vê atribuído em funções submissas ao homem, sendo que nos espaços escolares a mulher é vista como cuidadora/ maternal enquanto os homens possuem os cargos voltados às tecnologias. O ingresso das figuras masculinas nesses espaços considerados femininos possibilita o debate e a pesquisa sobre a problemática de gêneros, decorrentes da não aceitação da sociedade conservadora brasileira e até mesmo de grupos políticos conservadores do cenário contemporâneo.

Trazer a problematização de gênero para o centro da Educação Infantil é oportunizar o exercício da democracia que se espera na sociedade, principalmente nos espaços públicos, e fomentar a necessidade dessa temática para a formação profissional e para a atuação docente.

Esse trabalho aborda experiências subjetivas nos espaços coletivos das creches apoiada em teorias que fundamentam a percepção do autor sobre a temática, ressaltando que faz-se necessário entender e desmitificar o tabu envolvendo a “Sexualidade” e “Gêneros”, contribuindo para a emancipação das figuras masculinas que adentram aos espaços considerados femininos e sofrem as rugas da polarização existente na sociedade.

Nessa perspectiva a presença dessas figuras nos espaços da educação infantil marca o início de uma ruptura dos paradigmas envolvendo a hegemonia da masculinidade estabelecida no imaginário coletivo da sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Performatividade. Gênero. Educação Infantil.

## RESUMEN

La inserción de la figura masculina en el ambiente de la educación infantil es una consecuencia de la transformación social, a través de la lucha incesante de los movimientos feministas, a fin de derribar el paradigma soberano del hombre blanco, heterosexual y cristiano que impone el control de los cuerpos y de la representación de los géneros, por tanto, a lo femenino se le atribuye funciones sumisas (subordinadas) al hombre y en los ambientes escolares, la mujer es considerada como cuidadora maternal, sin embargo, los hombres poseen los cargos referidos a las tecnologías. El ingreso de la figura masculina en esos espacios considerados femeninos posibilita el debate y la investigación sobre la problemática de géneros, resultante del rechazo de la sociedad brasileña e incluso de grupos políticos conservadores del escenario contemporáneo.

Traer la problematización de género al centro de la educación infantil es dar la oportunidad de ejercer la democracia que es lo que se espera de la sociedad, principalmente en los espacios públicos y fomentar la necesidad de esa temática para la formación profesional y para la actuación docente,

Este trabajo aborda experiencias subjetivas en los ambientes colectivos de las guarderías, apoyada por teorías que fundamentan la percepción del autor sobre la temática, resaltando que es necesario entender y desmitificar el tabú que envuelve la “sexualidad” y “géneros”, contribuyendo a la emancipación de la figura masculina que adentra a los espacios considerados femeninos y que sufren las polémicas de la polarización existente en la sociedad.

Desde esa perspectiva la presencia de esas figuras en el ambiente educacional infantil, marca el inicio de una ruptura de los modelos que involucran la hegemonía de la masculinidad establecida en la imaginación colectiva de la sociedad contemporánea.

**Palabras clave:** Performatividad. Género. Educación.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b> Brincadeiras (Creche 1)	21
<b>Figura 2.</b> Brincadeiras lúdicas com bebês	21
<b>Figura 3</b> - Historiografia	27
<b>Figura 4</b> - Das mães crecheiras aos auxiliares de educação	30

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ATA.	Registro ou resenha de fatos ou ocorrências verificadas e resoluções tomadas numa assembleia ou numa reunião
CECOPEs.	Centros de Convivência do Pré-Escolar
CEI.	Centros de Educação Infantil
CERIs.	Centros de Educação e Recreação Infantil
EMEIS.	Escolas Municipais de Educação Infantil
LDB.	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTQIA+.	Lésbicas Gays Bissexuais Transexuais Queer Intersexo Assexual e outros grupos e variações de sexualidade e gêneros
PEB1.	Professor de Educação Básica (Ensino Infantil e Fundamental 1º ao 5ºano)
PEMSO.	Pré Escola Municipal de Sorocaba
PSL.	Partido Social Liberal

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2.NOTAS METODOLÓGICAS</b>	<b>16</b>
<b>3.RELATO DAS EXPERIÊNCIAS</b>	<b>18</b>
<b>4.BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SOROCABA</b>	<b>24</b>
<b>5.AS FIGURAS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE SOROCABA – DAS MÃES CRECHEIRAS AOS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO</b>	<b>28</b>
<b>6.PEDAGOGIAS DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE</b>	<b>31</b>
<b>GÊNEROS E IDENTIDADES DE GÊNEROS</b>	<b>32</b>
<b>PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO</b>	<b>34</b>
<b>7.IMBRICAÇÕES DA ATUAÇÃO DA FIGURA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>37</b>
<b>8.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>42</b>
<b>9.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>44</b>
<b>10.ANEXO</b>	<b>46</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O “cuidar” da criança, em nossa sociedade, configura-se como atividade predominantemente feminina, realizada em ambientes familiares. Com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e das lutas feministas, criou-se a necessidade de estruturação de locais que realizassem o atendimento dessas crianças, logo, a “escola” passou a ocupar um espaço/função antes familiar no processo de desenvolvimento infantil, através dos cuidados, ludicidade e processos pedagógicos efetuados pelos (as) profissionais da educação (Gomes, 2006).

Nessa perspectiva, pensar na figura masculina pertencente aos espaços da educação infantil é um desafio perante a concepção “maternal” que se tem das (os) profissionais que ocupam esses espaços, tornando a participação masculina uma transgressão à norma social.

Partindo do pressuposto das problematizações de gêneros, este trabalho buscou analisar as interações e conflitos, percebidos pelo autor, entre os trabalhadores da educação infantil pública no município de Sorocaba/SP, discutindo a performance masculina nesses espaços, tendo, como lentes de percepção, o memorial que narra as experiências do próprio autor enquanto profissional da educação infantil e a pesquisa bibliográfica, visando os conceitos teóricos na tentativa de identificar as questões de como a sociedade entende o papel do masculino na educação e no cuidado com crianças pequenas.

Nesta organização, o memorial parte da conjectura de que minha experiência como profissional na Educação Infantil, no cargo de Auxiliar de Educação em Sorocaba/SP, desde 2012, analisando as atribuições desse cargo, segundo a legislação e a execução das atividades exercidas pelo mesmo, bem como a interação com a comunidade escolar, por meio de relato de experiências, é uma fonte válida para contribuir e fomentar discussões de gêneros estabelecidas nessa sociedade, já que se entende a escola enquanto reprodutora, de determinada maneira, das relações mais macropolíticas das relações de gênero atuadas na sociedade como um todo, sendo assim, é possível afirmar que este estudo pode ser capaz de dar um vislumbre do tipo de influência recebida no comportamento de profissionais tidos como “masculinos” realizando funções sociais tidas como “femininas”.

Esse estudo, assim, tem como premissa que os paradigmas familiares em constantes transformações e as lutas pela igualdade de gêneros, exigem cada vez mais a discussão acerca do ensino tradicional da educação infantil focada no assistencialismo e, dessa forma, relacionado aos cuidados maternos de modo a desconstruir o paradigma do patriarcado através de pesquisa em literaturas sobre a temática, segundo as revisões conceituais de Butler (2019) e outros artigos científicos partindo do pressuposto do declínio do modelo binário de gênero (masculino e feminino) e heterossexual, ou seja, desse modelo que era considerado como universal e tem sido contestado pelos movimentos feministas e LGBTQIA+, levantando a discussão sobre a possibilidade das múltiplas performances em relação aos paradigmas existentes.

A pesquisa se justifica no cenário educacional, político, social e cultural, considerando que a atuação de profissionais masculinos nos espaços das creches se inserem na problematização de gêneros, gerando impacto nos demais integrantes dessa cultura escolar, tais como os familiares, as crianças e demais funcionários.

Historicamente a creche assumiu uma posição assistencialista relacionando as mulheres à maternidade, descaracterizando o viés profissional. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho excluiu o homem de atividades consideradas femininas e vice versa, ou seja, homens e mulheres são vistos de forma antagônicas pela sociedade: um é sempre ligado a práticas autoritárias e disciplinadoras enquanto a outra é movida pelo carinho e o afeto (TATAGIBA, 2010),

Desta forma, ainda que a creche se abra à presença masculina, ao longo do tempo o trabalho dos homens esteve vinculado a tarefas tidas como “viris”: como auxiliares de serviços gerais cuidavam da parte elétrica e hidráulica, além da segurança da creche (TATAGIBA, 2010, p.5).

O ingresso do homem nesses espaços, enquanto subjetivamente vivenciado, corrobora a ideia da performance masculina relacionada à heterossexualidade compulsória enquanto segregadora de atividades envolvendo o cuidar, ou tidas como femininas, já a não-performatividade naqueles moldes é, geralmente, relacionada à homoafetividade e conseqüentemente ao feminino permitindo a percepção do atravessamento, nas instituições, de um modelo de juízo da conduta não explicitamente discutido, tornando, deste modo, plausível a reflexão sobre a possibilidade de uma possível desconstrução do modelo de homem universal,

heterossexual e patriarcal enquanto algo fixado e fora dos processos históricos em que foi engendrado.

Refinando o argumento, a pesquisa aborda as possíveis problematizações das relações de gênero nos espaços da educação infantil, considerando a atuação do profissional masculino dessa área em função das atribuições do cargo, articulados com o posicionamento da sociedade acerca da performatividade do masculino em profissões tidas como femininas no imaginário coletivo, nessa perspectiva a discussão central expressa os seguintes questionamentos: como são as relações, nos espaços da educação infantil, na perspectiva do profissional masculino? Possui algum privilégio em relação a trabalhadora feminina? É possível inferir que ocorrem diferenças no tratamento do masculino heterossexual em relação ao homossexual? Como se dá a relação com a comunidade escolar? Existe aceitação desse profissional masculino nos espaços da educação infantil?

O objetivo geral desse trabalho consistiu na análise das imbricações entre o profissional masculino e a educação infantil, a partir dos conflitos sobre as relações de gênero estabelecidas na sociedade, identificando quais formas essa performance masculina assume na educação infantil diante dessa cultura escolar e social, identificando, por meio do referencial teórico abordado, as formas que o imaginário sobre o ser masculino assume na sociedade.

## 2. NOTAS METODOLÓGICAS

O caminho metodológico foi construído em três etapas, sendo a primeira relacionada ao memorial, composto das observações e vivências enquanto auxiliar de educação atuante nas creches municipais, como também a trajetória na universidade e o interesse pelo tema. A segunda etapa constituiu-se do levantamento bibliográfico, por meio de artigos, livros, documentos e legislações específicas sobre a temática da pesquisa. A última etapa abordou, então, a análise dos fatos a partir da perspectiva abordada e do levantamento bibliográfico.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram implementadas estratégias de investigação através de levantamento de material bibliográfico e análise dos mesmos.

A pesquisa apresentou como objeto as questões de gêneros envolvendo os profissionais da educação, ou seja, os auxiliares de educação, em especial, os lotados na rede pública do município de Sorocaba – SP, através da experiência subjetiva e de materiais de apoio como a historiografia da Educação no município.

A segunda etapa teve como pressuposto uma pesquisa bibliográfica para apropriação de um repertório de obras que se dedicassem aos estudos das relações de gêneros e a inserção dos profissionais masculinos na educação infantil. Nessa perspectiva busquei referências que dialogam sobre as questões de gêneros, tendo como base principal os estudos da Judith Butler e da Guacira Louro. Depois procurei pesquisas sobre a atuação de profissionais masculinos que atuam na educação infantil de Sorocaba/SP, porém não encontrei estudos específicos sobre o tema, apenas uma contextualização da história da educação infantil no município. Para cortejar o relato de experiências com pesquisas científicas que dialogam sobre o profissional masculino na educação infantil, na última etapa utilizei um estudo das autoras Mariana Kubilius Monteiro e Helena Altmann (Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação) do município de Campinas/SP, de modo a estabelecer relação entre teoria e experiência na perspectiva das relações de gêneros.

Este trabalho teve como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para ocorrência dos fenômenos relacionados a gêneros nos espaços da educação infantil, testando as hipóteses levantadas decorrentes da observação participante informal. As principais hipóteses levantadas

para realização dessa pesquisa decorrente do pressuposto do problema apresentado e a partir da experiência pessoal, foram:

- Quando o profissional de educação, seja ele professor ou auxiliar, performa como masculino, tende a gerar conflitos entre a comunidade escolar, seja pela não aceitação dos familiares e/ou responsáveis pelas crianças, pela equipe escolar, ou pelo próprio sujeito, que considera o cuidar atribuído ao feminino.
- O profissional que realiza a performance do masculino heterossexual na educação infantil evidencia desconforto e resistência à realização das suas atribuições como o cuidar das crianças (alimentar, higienizar, etc.) por considerar essas tarefas pertencentes a mulher.
- Desconforto das famílias/responsáveis, (em relação ao profissional masculino), principalmente em relação a higienização da criança, demonstrando insegurança, insatisfação e muito medo.

Através do levantamento bibliográfico procurei encontrar tendências, identificando e selecionando fatos de significação para análise, de modo a compará-las com as experiências vivenciadas nas creches, submetidos a análise interpretativa, portanto, as conclusões foram demonstradas através de resumos mais importantes, expondo os pré-conceitos, vivências e comparações cruzando com os documentos que norteiam as atribuições dos profissionais da educação, como parâmetro, bem como com a discussão teórica abordada permitindo assim identificar as concepções da figura masculina na educação infantil.

### 3. RELATO DAS EXPERIÊNCIAS

Minha trajetória pela Educação Infantil iniciou-se em setembro de 2012 ao tomar posse do cargo de Auxiliar de Educação, através de concurso público, no município de Sorocaba/SP e integrando um programa chamado Escola Saudável, composto por auxiliares de educação que executavam atividades relacionadas à higienização e cuidados corporais na perspectiva lúdica, com a utilização de diversos recursos como contação de histórias, teatro, jogos e brincadeiras. Nesses espaços presenciei poucos profissionais masculinos atuando como auxiliares de educação e professores de educação básica (PEB1), sendo o quadro ocupado em sua maioria por trabalhadoras.

Em 2013, ao participar do processo de remoção obrigatório, fui atribuído para trabalhar em uma creche integral na Zona Norte, na turma Creche 3<sup>1</sup>, designado no período da manhã para auxiliar a professora e no período da tarde eu trabalhava na secretaria, realizando tarefas administrativas, conforme solicitação da Diretora da Escola, nessa unidade eu era o único “homem” que trabalhava com as crianças. Frequentemente era abordado pelas auxiliares de educação que questionavam o fato de eu estar ocupando um cargo na secretaria apenas pelo fato de “ser homem”, inferindo disso um privilégio de gênero decorrente do modelo de sociedade patriarcal que segrega por “sexo”, atribuindo ao feminino tão somente funções relacionadas ao cuidado materno, ao delicado.

Neste enquadre era natural as figuras masculinas serem atribuídas em salas com crianças maiores e/ou secretarias, a fim de evitar contato com as partes íntimas das crianças nos processos de higienização, corroborando com a necessidade de atendimento de uma demanda significativa da sociedade, em principal aos pais e às mães dessas crianças, devido a oposição dos mesmos em relação a prática da docência e/ou cuidados pelas poucas figuras masculinas existentes na educação infantil.

---

<sup>1</sup> Berçário (nascidos de 01/04/2020 a 31/08/2020), Creche I (nascidos de 01/04/2019 a 31/03/2020), Creche II (nascidos de 01/04/2018 a 31/03/2019), Creche III (nascidos de 01/04/2017 a 31/03/2018), de acordo com o Edital SEDU/GS nº 11/2019 disponível em: <<http://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadastromunicipalunificado/wp-content/uploads/sites/2/2019/11/editalsedugs112019cmu2020.pdf>>

No próximo ano letivo, em 2014, participando novamente do processo de remoção, consegui uma unidade próximo a minha residência, na Zona Oeste da Cidade, nessa CEI haviam dois auxiliares masculinos e no processo de remoção ingressaram eu e mais um auxiliar, elevando o quadro para quatro “homens” nesses espaços, dessa forma houve demanda das trabalhadoras em “desconstruir” a preferência de lotação exclusiva para as figuras masculinas, houve um movimento e elas exigiam a equidade através de escolha democrática da sala à trabalhar, por tempo de “prefeitura”.

Nessa perspectiva por ser o mais novo em tempo de prefeitura, fui atribuído para o atendimento ao Creche 1, sendo que nessa etapa, eram realizadas principalmente as atribuições voltadas ao cuidar e ao brincar, o cuidar era especificamente a higienização da criança, que consistia na troca de fraldas, banho e troca de roupas, lavar as mãos e escovar os dentes. A parte lúdica era sempre voltada para o brincar, contação de histórias, musicalização, etc., proporcionando o bem estar da criança. Fato que, nesse ano letivo, por estar diretamente no cuidado com as crianças pequenas, começaram aparecer os primeiros problemas relacionados a “masculinidade” nos espaços considerados “femininos”. Ocorreram, por exemplo, algumas situações nas quais algumas famílias e/ou responsáveis pelas crianças não admitiam a presença de um “homem” que higienizasse suas crianças, bem como a interpretação equivocada sobre afetividades à criança.

Todas essas situações foram direcionadas à equipe gestora, que levantou a hipótese de trocar-me de sala, para o atendimento às crianças maiores que não necessitavam de contato físico mas, devido à manifestação contrária das auxiliares de educação, que achavam injusto essa mudança apenas pela perspectiva de gênero, a gestora dialogou com as famílias registrando em ATA e explicando a súmula de atribuições bem como o edital do concurso público, que não especificava um “gênero” ou “sexo” para ocupação desse cargo de auxiliar de educação, as famílias não gostaram e o atendimento ao longo do ano letivo não foi agradável, decorrente da insatisfação por um “homem” estar na sala de aula.

Uma das falas marcantes nesse processo, decorreu de uma mãe que questionava a minha presença nesse espaço e a realização da higienização de sua filha de um ano e meio por um “homem”, relatando a proibição de contato masculino com sua filha (vagina) devido ao fato da “doutrina” da religião da mesma proibir o toque masculino antes do casamento, relatara que nem mesmo o pai da menina

(seu esposo) realizava essas trocas e o banho, ocorriam ameaças veladas, nas quais a mãe da criança questionava a possível atitude do marido se fosse buscar a criança e visse um “homem” na sala de aula, junto a isso, também fantasiava situações que poderiam significar agressão a seus filhos, sem provas e/ou argumentos para tal.

Em 2015, novamente fui atribuído para o Creche 1 e Berçário, visto que essa faixa etária requer muito esforço físico decorrente das trocas e dos banhos e, sempre quando a gestão possibilita a escolha das salas por “tempo de casa”, os auxiliares mais novos acabavam ficando com as salas do Creche 1. Nesse ano, novamente as famílias e/ou responsáveis questionaram a presença do profissional masculino nesses espaços, levantavam as questões do contato físico entre profissional x criança, nos momentos de troca de fraldas e banhos, uma das mães chegou ao ponto de fazer um abaixo-assinado solicitando à gestão a minha “saída” dessa sala.

Ocorreram reuniões com a equipe escolar sobre possível troca de sala e novamente as auxiliares achavam injusto elas terem que trocar de sala por conta do “gênero”. Foi realizado então uma reunião com a gestão e com os familiares que levantaram os diversos motivos pelos quais um “homem” não poderia atuar com as crianças de um ano: abusos sexuais, profissão “feminina”, “homem” tem que ficar com criança maior, etc. Nessa perspectiva a Diretora Escolar apresentou a súmula de atribuições e o Edital do concurso, que não categorizava por gênero ou sexo biológico, a função em questão.

Entre os anos de 2016 a 2018, atuei em outro Centro de Educação Infantil, onde o processo de atribuição de turmas era decidido pela gestão escolar, já de início, para evitar conflitos com as famílias, a mesma decidiu atribuir eu e mais um auxiliar masculino em turmas de crianças maiores, que não demandavam de banhos e ou trocas de fraldas, ficando delegado aos mesmos o acompanhamento dos “meninos” quando necessidade para o uso dos sanitários. As demais atividades eram de brincadeiras e era solicitado que evitássemos abraçar e/ou beijar as crianças, diferente das profissionais femininas que tinham essa liberdade.

**Figura 1.** Brincadeiras (Creche 1)



Fonte: Autor (2016).

**Figura 2.** Brincadeiras lúdicas com bebês



Fonte: Autor (2015)

Na Educação Infantil, ser homossexual assumido corroborou para que eu sofresse muitas formas de preconceitos decorrentes ao gênero, nessa perspectiva, essa temática demandou muitos questionamentos sobre a relação da sociedade com a matriz heterossexual, seja pela limitação homem/mulher, masculino/feminino, menino/menina, ou pela falta de discussão dessa temática, de formações específicas nos espaços escolares e até mesmo na Universidade.

As práticas de preconceito eram explícitas e/ou veladas, seja pelas famílias e/ou responsáveis pelas crianças, bem como pelos/pelas profissionais da creche, desde a equipe gestora até auxiliares de educação, situações como piadas ofensivas, críticas ao modo de falar e ou gestual, etc., nessa perspectiva é possível identificar a reprodução do binarismo masculino/feminino pelos próprios profissionais, seja em relação aos brinquedos, cores, roupas, etc., como por exemplo as definições de azul para meninos e de rosa para meninas, de bonecas para meninas e carrinhos para meninos, assim por diante, qualquer desvio desse padrão era considerado como tendência a tornar as crianças “homossexuais”, seja pela minha não concordância dessas atitudes ou pelo fato de nos processos de brincadeiras deixar livre os brinquedos sem atribuir um determinado “gênero” para a criança.

Nas vivências coletivas nos espaços da creche para com outros auxiliares de educação, considerados masculinos e heterossexuais, a diferença no tratamento das pessoas para conosco era diferenciado; para os “heterossexuais” o respeito era intensificado, bem como as limitações, por exemplo, entre eu e um auxiliar masculino heterossexual o mesmo não tinha permissão para trocar as fraldas das meninas e/ou acompanhá-las ao banheiro, enquanto eu tinha esse dever, aqui percebo uma aceitação da homossexualidade como atributo feminino ou subversivo ao masculino heterossexual, porém em situações de serviços considerados “masculinos”, como manutenção, arrastar móveis, carregar objetos não havia diferença entre os auxiliares masculinos heterossexuais ou homossexuais, prevalecia o gênero e a atribuição profissional que caracteriza o sujeito “masculino”.

Nessa perspectiva evidenciou-se nos espaços da educação infantil a tendência em relacionar a homossexualidade com a figura masculina que atua nesses espaços, de modo a fortalecer a hegemonia masculina presente na sociedade, tornando inadmissível e/ou suspeito o profissional masculino que se declara heterossexual e trabalha com crianças pequenas.

No decorrer da trajetória acadêmica, essa relação com as questões e problematizações de gêneros geraram demandas a serem estudadas para além de compreender a realidade social, de modo a contribuir para minha prática pessoal e profissional, fato que me surpreendeu pela escassa discussão sobre “gêneros” nos espaços acadêmicos, o que corroborou com a falta dessas problematizações nas formações da Educação Infantil.

A necessidade de discutir as relações de gêneros, influenciou na escolha dessa temática como estudo a ser realizado para o trabalho de conclusão de curso, de modo a contribuir e ou proporcionar a reflexão sobre as consequências da limitação de gêneros na sociedade que corroboram no condicionamento do modo comportamental que os sujeitos assumem na sociedade. Observar com mais vagar como se dá a segregação sexual entre homens e mulheres, em todas as esferas, de modo que o “masculino” detém os privilégios em relação ao “feminino”, como podemos perceber em outras instituições sociais tais quais a família, as agremiações políticas, as empresas, etc., os cargos de maiores prestígios ainda são, em sua grande maioria, ocupados pelos homens enquanto a mulher ainda carrega o paradigma maternal, do cuidado e com isso as “limitações” do seu gênero. Nessa perspectiva os movimentos feministas, antirracistas, LGBTQIA+ são de extrema importância para desconstrução da hegemonia heterossexual e do privilégio do patriarcado presente na sociedade.

Sobre essa discussão, ressalto que no processo de formação o diálogo com as questões de gêneros ocorreram por escolha subjetiva em muitos trabalhos acadêmicos apresentados para avaliação, perpassando da interdisciplinaridade para a centralidade do discurso e da problemática apresentada, porém nas disciplinas eletivas as discussões foram superficiais fato que demandou cursar várias Optativas<sup>2</sup> e Aciepes<sup>3</sup> que foram muito significativas e possibilitaram o (re)pensar sobre as questões envolvendo gêneros e sexualidade. Nessas disciplinas a discussão sobre “gêneros” contribuiu para a importância dessa temática na formação acadêmica que corrobora com o futuro trabalho docente e da transformação social, desconstruindo as práticas segregadas e preconceituosas existentes na sociedade.

---

<sup>2</sup> 530530 - GÊNERO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

<sup>3</sup> 1001629 - ACIEPE: GEOGRAFIA E GÊNEROS: TERRITORIALIDADES (TRANS) FEMININAS E DISSIDENTES – A, 1002067 - ACIEPE - QUESTÕES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO CULTURAL PARA CRIANÇAS

#### **4. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SOROCABA**

O processo educacional do município de Sorocaba teve como pressuposto o desenvolvimento de vários ciclos econômicos, entre eles: o tropeirismo, a mineração e a industrialização têxtil. O destaque destes três fatores econômicos se deu devido ao seu grau de influência nos contextos sociais que, por conseguinte, também influenciaram as relações, os costumes e as tradições dos sujeitos pertencentes e/ou que se inseriam nessa cidade, o que, de resto, permite afirmar que também influenciou as intencionalidades educativas (SOROCABA, 2017).

A existência da Estrada de Ferro Sorocabana, contribuiu para a ascensão de Manchester Paulista, contribuindo para o crescimento industrial na região, pois facilitava o transporte de maquinários bem como o escoamento da produção. Na perspectiva educacional, por volta do século XIX surgiram as primeiras escolas femininas, que tinha um viés de internato e semi-internato. No período do fim do Império, o crescimento da cidade perpassava da zona rural-agrícola para o urbanocomercial, nessa época a Educação, até então centrada no pensamento catolicista, começou a enfrentar oposição do positivismo e pela luta da escola pública, laica e gratuita, como consequência, também nesse período, em Sorocaba, houve um aumento do número de grupos escolares e escolas isoladas, que proporcionavam maior atendimento de alunos (SOROCABA, 2017).

Em relação ao atendimento das crianças pequenas, o Marco Referencial de Sorocaba ressalta que iniciou-se com crianças em idade pré-escolar em 1954, quando foi criado o primeiro parque infantil na Vila Hortência, nomeado Parque Infantil Antônio Carlos de Barros, demolido em 2008. Segundo Nogueira citado por Sorocaba (2017), os Parques Infantis eram localizados em terrenos simples, geralmente em bairros novos da cidade que eram afastados da região central, nesses espaços se realizavam atividades numa perspectiva assistencialista voltadas à recreação, noções de higiene, assistência ao ensino, e eram ofertadas merendas. Importante destacar que na pesquisa realizada, Nogueira citado por Sorocaba (2017) apresenta o fato social em que as professoras desse período estavam inseridas, em relação principalmente ao regime disciplinar que limitavam seus uniformes em saia e blusa, o que dificultava o trabalho com as crianças pequenas,

tal dificuldade gerou indignação das docentes que lutando contra essa “norma” conseguiram vitória de utilizarem calças compridas para assim poder correr, sentar-se com as crianças no chão, no início dos anos 1960.

Nesse contexto histórico, os materiais pedagógicos eram os alternativos, como sucatas, sobras de lápis e outros materiais; era necessário que a professora tivesse muita criatividade e muitas vezes levantavam recursos próprios para construção de novas salas, galpões, festas, etc., tanto no Marco Referencial quanto nas pesquisas realizadas em outros estudos da História da Educação de Sorocaba, não foi encontrado relatos de profissionais masculinos atuando nos Parques Infantis. Em 1968, foi adotado nesses Parques Infantis o método Montessoriano como proposta de aprimoramento do planejamento pedagógico e as reuniões de pais e mestres que tinham a finalidade de difundir aos responsáveis pelas crianças conceitos como higiene e outros tipos de informações que eram consideradas importantes para o desenvolvimento físico e social das crianças (NOGUEIRA citado por Sorocaba, 2017).

No ano de 1970, esses parques infantis que atendiam as crianças foram transformados em Centros de Educação e Recreação Infantil (CERIs), onde teve início o planejamento na perspectiva cognitiva e não apenas lúdica (assistencialista), como nos anos anteriores, passando assim a pensar em pré-requisitos como habilidade motora fina, desenvolvimento da lateralidade, etc., para a criança ingressante da primeira série (NOGUEIRA citado por Sorocaba, 2017).

Novamente, em 1974, esses centros educacionais infantis são renomeados para Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) que antevê o atendimento para crianças de 4 a 6 anos. Os atendimentos nas EMEIs eram para crianças de 4 a 6 anos, divididas em 3 fases, de acordo com as idades. Em 1978, surgiram os Centros de Convivência do Pré-Escolar (CECOPES), com caráter comunitário visto que havia necessidade de espaços para o atendimento das crianças em fase pré-escolar, que, aos poucos, ocuparam os espaços ociosos da prefeitura. Nos CECOPES as crianças eram atendidas por professoras que possuíam treinamento em ação comunitária e especialização em educação pré-escolar.

Entre os anos de 1983 e 1987 as EMEIS e os CECOPES se juntaram formando assim a Pré-Escola Municipal de Sorocaba (PEMSO), o setor educacional da época adotou como tendência pedagógica a filosofia de Carl Rogers, educação centrada na criança, o que demandou a formação docente e a necessidade da

supervisão pedagógica, que passaram atuar nesse contexto auxiliando as professoras que apresentavam dificuldades no modelo pedagógico adotado, de modo a uniformizar o atendimento municipal.

Com a Lei 4.599, de 6 de setembro de 1994, foi instituído o Quadro de Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Sorocaba, com essa lei as creches e as pré-escolas do município passaram a se unir, transformadas em Centros de Educação Infantil (CEI), modalidade utilizada até o momento e que rompeu com a ideologia assistencialista passando a ter um caráter educacional, com propostas pedagógicas, currículo, etc., atendendo crianças de 0 a 5 anos, em período parcial ou integral, sendo que a primeira creche municipal foi inaugurada em 1981, no Bairro Maria do Carmo (atual CEI 58).

Depois do surgimento do primeiro CEI, corroborando com as determinações da Carta Constitucional de 1988, houve o crescimento significativo de unidades na cidade, decorrente da demanda populacional, conquistada pelas lutas da democratização da escola pública e também das pressões dos movimentos sociais que conquistaram o reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como direito da criança e dever do Estado, crescendo assim também as escolas da Educação Básica (Fundamental e Médio), bem como o ensino profissionalizante, entre eles, o magistério.

Com a Constituição de 1988, a criança passou a ser o centro das atenções na Educação Infantil, o que demanda das creches e das pré-escolas a desconstrução do modelo assistencialista, voltado exclusivamente para o cuidar para o paradigma educacional, transformando assim o cenário educacional visto a necessidade de legislações específicas, políticas orçamentárias, planejamento, coletas de dados estatísticos, bem como a atuação dos representantes políticos e governos na garantia desses direitos à criança e à população (LOBO, 2008).

Percebe-se claramente...a cisão entre o cuidar e o educar, diferentemente do que determina a Constituição. O cuidar ficava a cargo do âmbito privado, enquanto o educar era visto como responsabilidade do poder público, de escolarização... o atendimento passou a ser direito das crianças e responsabilidade do poder público municipal oferecer creches e pré-escolas a todas as crianças cujas famílias desejem ou necessitem deles. (LOBO, 2008, p.24).

Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - LEI 9394/96, supera a dicotomia cuidar x educar pois são indissociáveis, logo a

creche também é uma instituição educacional e que o cuidado da criança é pedagógico, ou seja, não pode haver educação de crianças pequenas sem o cuidado de seus corpos, alimentação, saúde, higiene, etc. A Educação Infantil passou a ser inserida como etapa inicial da educação básica, perpassando das instituições vinculadas a órgãos de assistência social para o atendimento em instituições escolares, assegurando, para as crianças, uma educação de qualidade para a infância (Brasil, 1996).

Com a LDB de 96 a participação dos profissionais da educação é efetivada na perspectiva de formação e participação, nos processos de elaboração do projeto pedagógico da escola como também na valorização dos mesmos. Também é estimulada a partir desse período a participação da comunidade em conselhos escolares (LOBO,2008).

**Figura 3 - Historiografia**



## **5. AS FIGURAS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE SOROCABA – DAS MÃES CRECHEIRAS AOS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO**

As primeiras profissionais que atuaram nos cuidados com as crianças em Sorocaba/SP eram denominadas “mães-crecheiras”, que eram as responsáveis pelas creches domiciliares, entre os anos de 1987 e 1988, tinham o conceito assistencialista, as demais creches existentes no município eram filantrópicas.

No período entre 1989 a 1992, as creches domiciliares iniciaram um processo de institucionalização, passando a serem administradas pela Secretaria de Promoção Social, como resultado do processo, houve uma divisão da função executada pelas mães-crecheiras que passaram a ocupar o cargo de regentes maternais (devido a experiência acumulada no trato com as crianças pequenas) em regime de CLT, porém, tiveram que ceder a parte de sua função de caráter educacional, na qual começam ser inseridas as professoras.

Com o fato de alguns professores não aceitarem realizar as tarefas de higienização das crianças pequenas, criou-se então o cargo de Agente de Desenvolvimento Infantil através de concurso público, por meio do qual a faixa salarial era equivalente a das regentes maternais.

Entre 1993 e 1996, foi criado o cargo de agente de recreação infantil, que contribuía no cuidado com as crianças, pois nesse período (1995) a creche estava composta por professores (formação inicial de magistério nível médio), regentes maternais (antigas mães crecheiras, sem escolaridades), agentes de recreação contratadas e pelas agentes infantis, cuja escolaridade exigida era o ensino fundamental (LOBO, 2008).

No ano de 1999, o então prefeito Renato Fauvel Amary, exonerou os funcionários que estavam em estágio probatório (de todas as secretárias) e extinguiu as creches da vizinhança, o cargo de agente de desenvolvimento infantil acabou sendo extinto e foram contratados estagiários para preenchimento dessas vagas, logo, ocorreram problemas trabalhistas junto ao ministério público e foi criado então, o cargo de Auxiliar de Educação, que funciona até os dias de hoje. (LOBO,2008).

Inicialmente, o cargo de Auxiliar de Educação foi pensando para ocuparem as secretarias das escolas municipais, porém, decorrente da municipalização do Ensino

Infantil e perante a grande demanda de profissionais, esses profissionais passaram a ser designados para o atendimento em creches (LOBO, 2008).

Em relação a súmula de atribuições, segundo a Lei N° 9711, de 31 de agosto de 2011, cabe ao Auxiliar de Educação todo o trabalho relacionado a ludicidade e ao cuidado com a criança, bem como a predisposição a realizar atividades de finalidade administrativa.

Em relações às atribuições, aos auxiliares de educação são exigidas multifuncionalidades, desde a esfera administrativa perpassando aos cuidados à criança pequena e desenvolvimento de atividades consideradas “lúdicas” pela Secretaria de Educação do município, tal fato é frequente motivo de movimentos de luta dessa classe na perspectiva de reconhecimento e inserção ao Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Sorocaba através da Lei N° 4599, de 6 de setembro de 1.994, já que, segundo a legislação o cuidar é inerente à educação, logo, cabe a interpretação de que todo processo envolvendo o cuidar da criança se insere numa perspectiva pedagógica, conforme a súmula de atribuições desses profissionais segundo a Lei n° 9711, de 31 de agosto de 2011.

Revisando a dissertação de LOBO (2008), sobre a função auxiliares de educação de Sorocaba/SP, apesar de não ter sido possível evidenciar a relação masculino/feminino nesses espaços, têm-se a impressão do domínio de um olhar do espaço enquanto puramente feminino, na visão do feminino que se tinha na época, corroboram para isso os relatos das “auxiliares femininas” e a perspectiva do trabalho, como, por exemplo, a comparação entre a profissão e a maternidade, além disso, se inscreve a percepção da autora de que a rotina voltada para a higiene e o cuidado com o corpo se assemelham aos cuidados, atribuídos ao feminino, seja na esfera familiar, seja na profissional.

Daí, é possível inferir como geradora de conflitos a participação do trabalhador “masculino” nos espaços da educação infantil, exercendo as funções pertinentes aos cuidados com as criança pequenas, fato que orienta ações dos grupos conservadores para a negação/proibição dos “homens” nessa faixa etária, como o recente PROJETO DE LEI N° 1174, DE 2019<sup>4</sup> proposto pela Deputada Estadual Janaina Paschoal em parceria com as deputadas Leticia Aguiar e Valéria Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), que propõe exclusivamente às

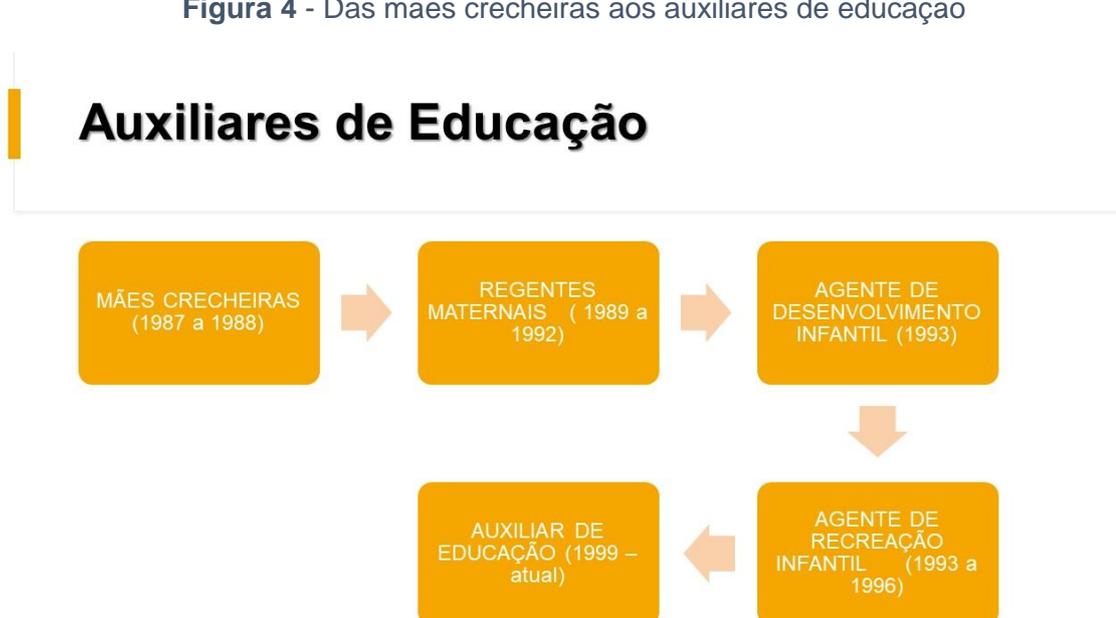
---

<sup>4</sup> Disponível em:< <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000292074>. > Acesso em: 11/11/2020.

profissionais do sexo feminino a realização dos cuidados íntimos com as crianças, destacando os banhos, trocas de fraldas e de roupas, o disposto se aplica também aos cuidadores das crianças com necessidades especiais. Lendo com minúcia o referido projeto de lei é possível encontrar uma contradição explícita, se as autoras alegam que tal prática não constitui “preconceito” em relação aos gêneros e ainda ratificam a existência de mulheres que também abusam de crianças, logo, qual seria o parâmetro de argumentação, senão o reforço da manutenção dos gêneros na perspectiva do machismo e do patriarcado nessa sociedade conservadora?

Para Louro (2019), os grupos sociais que ocupam a centralidade e designam-se como “normais” em relação aos gêneros e sexualidade, por exemplo, representam a si próprios e aos demais, apresentando como padrão sua própria estética, ética e ou sua ciência logo apropriando-se do direito de representar as manifestações dos demais grupos, seja pela negação ou pela subordinação, Louro (2019, p.19), se contrapondo a essa percepção do social, afirma que “as identidades sociais e culturais são políticas”.

**Figura 4 - Das mães crecheiras aos auxiliares de educação**



## 6. PEDAGOGIAS DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE

Na sociedade que vivemos desde criança o sujeito é moldado no substantivo masculino ou feminino, numa perspectiva que remete a heterossexualidade. É comum por exemplo descobrir o “sexo” da criança ainda na gestação limitando ao binarismo homem/mulher, sendo assim, a criança passa a ser limitada e designada em signos específicos que socialmente são atribuídas aos gêneros “masculino/feminino” como por exemplo as cores “azul para meninos” e “rosa para meninas”, como também a classificação de objetos, brinquedos, vestuários, etc.

Segundo Salerno (2007) apud Maschieto, Ferro e Santos (2012), os artifícios de categorização não configuram sistemas de autodeterminação, mas sim de imposição identitária, tornando – se, desse, estratégias de dominação dos indivíduos.

Segundo LOURO (2019) p.10 “[...] as muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente”, na perspectiva desse paradigma binário heterossexual. Recentemente, as identidades e as práticas sexuais e de gênero tem sido problematizados pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, etc., tornando visíveis novas identidades sociais e provocando, no processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais. Agora, esse movimento sempre se dá num contexto de combate intenso, é por isso que, segundo LOURO (2019), há, por exemplo, no cenário educacional brasileiro, ataques constantes de conservadores, religiosos e grupos políticos que problematizam as abordagens pedagógicas voltadas às questões de gêneros e sexualidade, como o fato ocorrido em janeiro do ano de 2019 e citado por (BAHIANA p. 50), no qual a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, afirma em um vídeo a seguinte fala: “menino veste azul e menina veste rosa”, fato que reiterou o conservadorismo presente na sociedade bem como a resistência da política atual sobre a temática, suscitando a preocupação dos grupos “subversivos” a essa padronização de gênero masculino/feminino.

## GÊNEROS E IDENTIDADES DE GÊNEROS

Segundo BUTLER (2018), o corpo é uma situação histórica, como defendido por Beauvoir, tendo como algumas das estruturas básicas fazer, dramatizar e reproduzir uma situação histórica, a corporificação desenvolve um conjunto de estratégias que condiciona e limita possibilidades, considerando o gênero como um estilo corporal, ao mesmo tempo performativo e intencional. Beauvoir citada por BUTLER (2018) distingue sexo como facticidade biológica e gênero como interpretação cultural ou significado dessa facticidade, ao declarar que a “mulher” é uma ideia histórica e não um fato natural, de modo que ao induzir o corpo a se tornar um signo cultural, torna-se “mulher”, decorrente da conformação a uma noção histórica de “mulher”.

A categorização do sexo tem função normativa na sociedade e um ideal regulatório, integra uma prática regulatória que produz os corpos que governa, manifestando-se como uma espécie de poder produtivo, sendo assim estabelece a demarcação, diferenciação, circulação e produção dos corpos os quais controla (LOURO,2019). Nessa perspectiva o “sexo” assume um ideal regulatório imposto que ocorre através de práticas reguladas, logo o “sexo” é um construto ideal que se materializa forçosamente ao longo do tempo, ou seja, não é uma condição estática do corpo, mas uma materialização do “sexo” através das normas regulatórias que estabelecem a repetição forçada das mesmas (LOURO,2019).

Quando a criança passa da neutralidade para um “ele” ou em uma “ela”, a criança torna o gênero que designaram conforme o sexo biológico, mas tornar-se esse gênero é reiterada por várias autoridades, que, reforçam ou contextualizam esse efeito de naturalização ao longo de vários intervalos de tempo, que inculcam a repetição de uma norma, logo essas atribuições sustentam o discurso de poder que delimita o que é ser considerado “humano” nessa sociedade, nessa perspectiva, a construção de gênero atua de forma excludente, de apagamentos radicais pois produz-se o “humano” sobre e contra o “inumano”, partindo dessa definição, é possível inferir a ideia de que as escolhas de gênero não são “livres”, porque limitadas (LOURO,2019).

BUTLER (2018) rejeita a concepção que o sexo ou o gênero seja uma “substância permanente”, ressaltando que a heterossexualidade se estabelece para

manter a ordem dominante na qual homens e mulheres são posicionados numa conformação de aceitação forçada da heterossexualidade. Sendo assim, as identidades de gêneros que não se conjugam conforme o sistema da “heterossexualidade compulsória e naturalizada” remetem a uma condição de necessitarem ser socialmente instituídas e mantidas (BUTLER, 2018).

Os corpos não se conformam, em sua totalidade, às normas de materialização impostas, as instabilidades existentes e as possibilidades de rematerialização geram rearticulações que exigem a necessidade da reiteração das normas regulatórias para manter a força hegemônica (LOURO, 2019).

Nessa perspectiva de materialização do “sexo”, a performatividade de gênero se relaciona de modo a construir a materialidade do sexo do corpo e a diferença sexual a serviço da estabilização do imperativo heterossexual. A constituição da estabilidade do corpo, seus movimentos e contornos será materializada pensando no efeito de poder (LOURO, 2019).

As práticas reguladoras de formação e divisão do gênero que compõem a identidade conformam a definição das pessoas às normas da inteligibilidade cultural, ou seja, “gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2019, pag.43), ou seja “feminino” e “masculino”, na razão “macho” e “fêmea”, desse modo, essa matriz de gênero exige a não existência de outros tipos de “identidade” ou seja, “aqueles em que o gênero não têm relação política de direito fomentadas pelas leis culturais que definem e regulam a forma e o significado da sexualidade, ou que as práticas do desejo não decorrem nem do sexo e nem do gênero, esses tipos de “identidade de gênero” não se conformam à inteligibilidade cultural disseminando matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero (BUTLER,2019).

Como os discursos políticos mobilizam as categorias de identidade na perspectiva de cultivar identificações para um objetivo político, acabam por produzir e integrar as instabilidades que persistem estas na desidentificação, imprescindível para a rearticulação da contestação democrática (LOURO,2019).

De fato, pode ocorrer que tanto a política feminista quanto a política queer sejam mobilizadas precisamente através de práticas que enfatizem a desidentificação com aquelas normas regulatórias pelas quais a diferença sexual é materializada. Essas desidentificações coletivas podem facilitar uma

recontextualização da questão de se saber quais corpos pesam e quais corpos ainda devem emergir como preocupações que possam ter um peso crítico. (LOURO, 2019, pg. 199).

Ao citar o exemplo de Herculine Babin<sup>5</sup>, uma hermafrodita do século XIX, que não se classificaria no binarismo heterossexual da conceituação macho/fêmea, masculino/feminino, BUTLER (2019) levanta a crítica à suposição da correlação entre sexo e gênero que divide as pessoas cristalinamente, ou seja, a noção de uma substância permanente é caracterizada como uma construção fictícia, “ a viabilidade de homem e mulher como substantivos, se vê questionada pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade.” (BUTLER,2019, p.55).

## PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO

A distinção entre sexo e gênero é desconstruída por BUTLER para sustentar que “ não há sexo que não seja já e, desde sempre, gênero” ( BUTLER, 2019, p.89), logo todos os corpos desde o início da existência social são inseridos numa limitada categoria de gênero, que define não o que somos mas o que fazemos, ou seja, o ato, logo o gênero está para o verbo em vez do substantivo, “ a distinção sexo/gênero e a própria categoria sexual parecem pressupor uma generalização do “corpo” que preexiste à aquisição de seu significado sexuado” (BUTLER, 2019,223).

O sujeito de Butler citado por SALIH (2019) é um ator que simplesmente atua encenando sua identidade num palco metafórico de sua própria escolha, argumentando que a identidade de gênero é uma sequência de atos sendo que não existe um ator preexistente praticando esses atos, que não existe nenhum fazedor por trás do feito, esboçando a distinção entre performance (que pressupõe a existência de um sujeito) e performatividade (que não o faz), agora, isso não significa que não exista sujeito, só desloca o problema para uma percepção de que

---

<sup>5</sup> Lendo criticamente a introdução, na tradução para o inglês, do diário de [Herculine Babin](#), escrito por Foucault, Butler se afasta das considerações do autor sobre as experiências de Herculine enquanto qualificações de gestos livres, dissonantes e inapreensíveis em meio a operação do dispositivo de nomeação da sexualidade que estava em curso; como se Foucault ainda acreditasse em um certo resquício de coerência entre a existência de um substantivo cujas propriedades são integral ou em parte nomeadas pelos regimes discursivos; sendo mais radical Butler (2019, p. 54-56) constrói, a partir daí, a crítica do que ela chama de “metafísica da substância” e de “categorias identitárias do sexo”.

o sujeito só não está exatamente onde esperaríamos encontra-lo, ou seja, atrás ou antes de seus feitos.

Segundo BUTLER (2019) a performance é efetuada com o objetivo estratégico de manter o gênero em uma estrutura binária, explicitando as leis sociais, portanto, afirmar que a realidade de gênero é performativa significa que ela torna-se real na medida em que é performada.

Partindo desses pressupostos, para BUTLER (2019) o gênero como performance performativa é um ato no sentido amplo, construtor da ficção social da sua própria interioridade psicológica, sendo assim, o gênero é estabilizado, polarizado, diferenciado e intratável por sermos forçados a viver num mundo em que os gêneros constituem significados unívocos. O gênero é realizado conforme um modelo de verdade e falsidade que contradiz a sua própria fluidez performativa e beneficia uma política social de regulação e controle de gênero, nessa perspectiva performatizar de modo inadequado desencadeia punições, e performatizar no paradigma estabelecido proporciona uma sensação de garantia de existência de um essencialismo na identidade de gênero.

O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade...se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a integridade do sujeito...com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora. (BUTLER,2019, p.235).

Partindo desse pressuposto, os gêneros não podem ser nem verdadeiros e nem falsos visto que o gênero verdadeiro é uma fantasia que se estabelece sobre os corpos, como identidade primária e estável (BUTLER, 2019). Tal modelo de expressivo e da concepção da identidade binária do gênero é subvertida pela estrutura do travestimento que subverte a distinção dessa “verdadeira” identidade de gênero, logo “a noção de uma identidade original ou primária de gênero é frequentemente parodiada nas práticas culturais do travestimento e na estilização sexual das identidades buch/femme, segundo Butler (2019, p. 236).

A importância de se problematizar as questões de gêneros na perspectiva de Butler, é evidenciada quando a autora questiona a categoria “do sujeito” quando argumenta que ele é um construto performativo e afirmando que existem modos de

construir a nossa identidade que irão perturbar mais ainda quem está diretamente interessado na preservação das oposições existentes, como por exemplo os paradigmas macho/fêmea, masculino/feminino, gay/hétero (LOURO,2019).

## 7. IMBRICAÇÕES DA ATUAÇÃO DA FIGURA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Analisando outros artigos e trabalhos que discutem a temática envolvendo gêneros e os profissionais masculinos que atuam na educação infantil, foi possível identificar a partir da minha experiência, os mesmos desafios e preconceitos que essas figuras enfrentam na sociedade.

MONTEIRO e ALTMAN (2014) ao estudar as relações de gênero na profissão docente do município de Campinas/SP trazem a problemática da hegemonia masculina na perspectiva das relações de poder que resultam na divisão sexual do trabalho, visto que quanto menor a criança atendida, menor a participação masculina e menor a remuneração, conforme estatística que evidenciam apenas 0,8% de profissionais masculinos da educação infantil no momento da pesquisa das autoras.

Elas trazem dois significados para a expressão divisão sexual do trabalho, a primeira relacionada à desigualdade que ocorre entre homens e mulheres no que se refere à distribuição destes no mercado de trabalho, ofícios, profissões, etc., e como sistematização para hierarquizar as atividades, e dessa forma, os sexos, perpassando para as relações de gêneros na sociedade onde o masculino ocupa a esfera produtiva e o feminino a esfera reprodutiva, dessa forma os homens se apropriaram das funções com maior valor social.

As relações de gêneros na sociedade partem do pressuposto de uma ideologia naturalizadora reduzidas a papéis sociais sexuados, por meio dos quais o princípio da separação define o que é trabalho de homem e trabalho de mulher, e o princípio hierárquico define o valor desses trabalhos, ou seja, qual trabalho realizado por homem tem mais valor que os trabalhos realizados pelas mulheres, nessa perspectiva os movimentos feministas resistem a tal ideologia no enfrentamento a esses princípios, como citado por MONTEIRO e ALTMAN (2014, p. 724):

A “desnaturalização” da divisão sexual das profissões foi possível a partir dos estudos feministas, dos estudos de gêneros e da consideração do gênero como categoria analítica. Esses estudos ganham importância no Brasil no final da década de 1980, ao problematizar a característica social das diferenças entre os sexos e rejeitar o discurso do determinismo biológico dessas diferenças.

Nas entrevistas realizadas por Monteiro e Altman (2014) os relatos das figuras

masculinas apontam para trajetórias marcadas por dificuldades, preconceitos e exclusões, corroborando com minha experiência enquanto auxiliar de educação na rede pública de Sorocaba/SP e supracitada no memorial. Os professores relataram muitas dificuldades existentes nesses espaços, decorrentes do gênero “masculino” ocupar uma profissão naturalizada como “feminina”, sendo as principais: realização de abaixo-assinado pelos familiares (alguns com aprovação da gestão) solicitando a retirada do professor da sala de aula, a transferência de crianças para outras turmas, questionamentos com relação aos momentos de higiene e uso dos sanitários em que as crianças necessitam do auxílio do adulto e situações nas quais as crianças se machucam deduzindo daí a incapacidade da figura masculina na perspectiva do cuidar.

Relacionando as minhas experiências com os dados apresentados foi possível identificar muitas situações de segregação e preconceito como o relato dos professores de Campinas, de modo a inferir a semelhança regional nas práticas sociais, reduzidas a papéis sociais sexuados, limitados ao sexo biológico, fato que corrobora o “conservadorismo” presente na sociedade.

Monteiro e Altman (2014) evidenciam a ausência de procedimentos por parte da gestão escolar na perspectiva de mediar os conflitos que se estabelecem na educação infantil decorrentes da presença do profissional masculino, deduzindo a falta de democracia e garantia dos direitos desse servidor público, como citado pelo relato do professor Raposa:

...a vice-diretora ficou pasma de saber que um homem ia trabalhar na escola dela [...] ela já me olha torto, ficava preocupada, suspeita, todo olhar de suspeita para cima de mim, o que eu ia fazer, como eu ia fazer [...] principalmente quando começou um abaixo assinado para me tirar da escola [...] porque era homem [...] então a vice-diretora meio que achou bom o abaixo-assinado. (MONTEIRO; ALTMAN, 2014, p. 736).

Na centralidade das causas que demandam as famílias/responsáveis realizarem os abaixo-assinados está a preocupação de uma figura masculina subverter os papéis sociais designados ao símbolo masculino que excluem o cuidado, assistencialismo e contato corporal com as crianças decorrentes da perspectiva machista, como justificativa dessas ações para expulsar os profissionais, as famílias alegam a prática dos abusos sexuais dos adultos para com as crianças, perpassando a ideia hegemônica do homem incontrolável sexualmente que abusa de crianças para os espaços da educação infantil, remetendo as práticas de abuso

exclusivamente ao gênero masculino, excluindo a mulher de tais práticas.

Infere-se a partir dessas imbricações presentes no imaginário coletivo o quanto torna-se questionável o “privilegio masculino” através da imposição da virilidade<sup>6</sup> que direciona a performance desses sujeitos, ou seja, os trabalhadores masculinos da educação infantil são associados a controladores das turmas maiores e indisciplinadas, como forma de autoridade, seja com as crianças, seja com os responsáveis, a masculinidade passa a ser usada como instrumento pedagógico de controle (MONTEIRO e ALTMAN, 2014), também ocorrem as performances dos profissionais masculinos que para não serem estigmatizados como homossexuais por estarem realizando uma profissão tida como feminina pela sociedade, reforçam os estereótipos masculinos em suas performances, passando a assumir uma figura autoritária e/ou paterna para com as crianças e familiares.

Na busca de algo para mitigar esses conflitos do masculino trabalhar com crianças pequenas, algumas equipes gestoras acabam corroborando e perpetuando as práticas de masculinidade presente na sociedade ao segregar esse profissional, por exemplo, atribuindo-o para turmas com crianças que não necessitam de higienização, trocas e ou banhos, ou seja, as crianças maiores, apoiando abaixo-assinados, colocando-o para realizar outras atividades como administrativas, de manutenção, etc., infere-se a partir dessas atitudes o questionamento sobre a autonomia da gestão escolar em detrimento da burocratização do sistema, urgindo a discussão sobre o papel da gestão na democracia escolar.

O estudo sobre a figura masculina que atua como trabalhador na educação infantil corrobora com as discussões supracitadas sobre as questões de gêneros, urge dessa análise discussões sobre como se dão as relações familiares na contemporaneidade ou seja, quem é essa família, como são as figuras masculinas presentes nesses lares? Quais são as funções desempenhadas pelos sujeitos masculinos na família contemporânea?

Pesquisando brevemente sobre esse questionamento apresentado através dos estudos de Roudinesco (2003) sobre a família e as transformações ocorridas ao longo da história, observa-se a ruptura do patriarcado na perspectiva dos novos arranjos familiares, como as famílias monoparentais, homoafetivas, etc.

Dialogando sobre família com autores importantes e analisando suas obras,

---

<sup>6</sup> Na perspectiva da capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão para o combate e para o exercício da violência, segundo definição de Bourdieu (2009), citado por Monteiro e Altman (2014).

Roudinesco aborda as várias concepções apresentadas no decorrer da história destacando a abordagem sociológica e antropológica. Na primeira, a autora reflete sobre o privilégio da verticalidade de filiações, gerações, sequência, transmissão de conhecimentos, enquanto a antropológica enfatiza a estrutura horizontal sendo a família consequência de duas outras famílias (ROUDINESCO, 2003).

A evolução no processo da reprodução humana como a inseminação artificial fortalece a presença do feminino e do materno, diluindo a figura paterna, desconstruindo assim o conceito de família levantando problemas éticos, políticos e demais de ordem subjetivas, reafirmando sempre a capacidade da família de se reinventar permanentemente e considerando a família como uma instituição insubstituível para a constituição da humanidade (DOMINGUES,2004).

Roudinesco ao abordar a família, percorre pela evolução histórico-cultural na perspectiva de refletir sobre a considerada desordem contemporânea que implica a ordem emocional de seus membros. Segundo a autora pouco resta da família patriarcal imutável, que era centralizada no pai autoritário, discutindo dessa forma a nova realidade dos papéis tradicionais de pai e mãe, de homem e mulher, uma vez que, os grupos como os homossexuais que contestavam a família como instância colonizadora e opressora, de cunho patriarcal e impedidora da liberdade sexual buscam a normatização e integração, constituindo assim famílias (DOMINGUES,2004), fato corroborado com a pesquisa de Monteiro e Altman (2014) sobre os docentes masculinos da educação infantil que são vistos/aceitos como positivos nesses espaços quando associados a paternidade, partindo do pressuposto da ausência paterna na primeira infância característicos das famílias contemporâneas. Essa situação específica sugere a reflexão e futuros estudos sobre as famílias contemporâneas e as relações de gêneros, visto que as profissionais femininas que atuam nas creches lutam para desconstruir o viés maternal que foi estabelecido na educação infantil ao contrastá-lo e tentar substituí-lo para o status de profissional, ao mesmo tempo, sub-repticiamente, viabilizam o conceito do masculino como “lugar do pai”, “atuação como pai”, “ importância da figura paterna”, etc., nessa perspectiva por que o masculino não é aceitável também enquanto profissional de educação infantil?

Analisando a atuação do Auxiliar de Educação percebe-se que na súmula de atividades não existe diferença no tratamento de “gêneros” entre os profissionais no que se diz respeito ao cuidar, brincar e dar afetividade para os bebês e crianças

pequenas, corroborado pelo inciso I do artigo 5 da Constituição/88 que destaca a igualdade em direitos e obrigações entre homens e mulheres, tal fato se deu, decorrente das experiências presenciadas nesses espaços, a ocorrência de desigualdades entre o trabalho realizado por profissionais masculinos em relação aos demais gêneros pois esses profissionais masculinos deixam de realizar algo ou realizam algo diferenciado em consequência do gênero que demanda as discussões sobre o papel da gestão democrática, o viés maternalista da docência nas etapas básicas da educação, a coexistência dos gêneros que não se enquadram no binarismo masculino/feminino e heterossexual, etc. Nessa perspectiva infere-se a necessidade de estudos sobre os profissionais masculinos da educação infantil em Sorocaba (auxiliares de educação infantil e docentes) identificando quem são esses sujeitos, quais imbricações presentes na rotina dos mesmos, desafios e preconceitos, etc., para a discussão das questões de gêneros e performatividades por meio de um estudo in loco e ou entrevistas.

Como pressuposto para discussões futuras está a questão da atuação da gestão escolar na educação infantil, a demanda de estudos nesse cenário remete a problematização sobre a autonomia da gestão perante a hegemonia social dos gêneros e ou a burocratização nesses espaços que acabam limitando o trabalho da gestão.

A necessidade de formação adequada e voltada para a diversidade faz-se presente no cotidiano da Educação Infantil e dos demais segmentos, conforme citado por BONATTI (2020) ao fomentar que os espaços educacionais (desde o ensino básico até as universidades) sejam espaços que dialoguem sobre a temática “sexualidade” e as questões pertinentes ao tema, perpassando do lugar estático e da normalização de práticas segregadoras para a emancipação do sujeito. A reflexão de Bonatti sobre a formação docente remete a discussão do currículo inferindo a necessidade de/do diálogo sobre as questões de gênero e sexualidade, principalmente no ensino superior, corroborando para a problematização teórica e prática buscando novas alternativas e perpassando da ignorância para a humanização, evitando o silenciamento dos gêneros “subversivos”.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção das relações de gêneros foram presenciadas desde a infância, fazendo-se presente durante todo o processo de desenvolvimento comportamental, emotivo e social, de modo que, desde o início era percebido que a vontade de brincar de boneca com as meninas na escola, a vontade de experimentar os sapatos e os vestidos materno e a sensibilidade que afloravam eram punidas através de violências simbólicas e físicas.

Nessa perspectiva, muitas foram as opressões sofridas na escola como humilhações, ofensas, etc., praticados pelas crianças e até mesmo pelas professoras e gestão, situações por meio das quais era visível a imposição da atribuição imaginária do que era pertinente ao gênero masculino normatizando o comportamento dos sujeitos nessa sociedade. De modo parecido àquela passagem pela instituição escolar enquanto aluno essas experiências perpassaram para as relações de trabalho enquanto auxiliar de educação atuante em creche, de modo que as vivências dessas problematizações de gêneros fazem-se sempre presentes e significantes.

As transformações sociais contemporâneas, aqui destacada na inserção da figura masculina nos espaços da Educação Infantil, forçou a desconstrução do paradigma feminino relacionado ao cuidar, à maternidade, fato vedado por longas gerações decorrentes das atribuições de gêneros, nas quais o sujeito universal era o considerado masculino e heterossexual fazendo-se predominante, estabelecendo, dessa forma, normas de comportamentos estabelecidos na sociedade, que foram reproduzidos ao longo do tempo. (Re) Pensar a desconstrução do modelo patriarcal e as consequências para esse grupo dominante requer a insistente reflexão sobre as problematizações de gêneros decorrentes das ações contrárias que surgem nesses espaços na perspectiva do retrocesso.

As hipóteses acerca da figura masculina atuando na Educação Infantil corroboram com os estudos de Butler sobre a performatividade de gênero, pois conforme evidenciado nos fenômenos observados e reavaliados a partir de outra perspectiva, esses espaços são estigmatizados como “femininos”, na perspectiva do cuidar, da maternidade e da reprodução, com baixos salários, ter uma figura “masculina” atuando nesses espaços é questionar a própria noção desse sujeito que

adentra ao espaço preestabelecido como feminino no imaginário coletivo. Tal fato corrobora para a desestruturação do poder estabelecido pela hegemonia heterossexual que ameaçada reforça suas ideologias, através dos grupos conservadores políticos, religiosos, etc., como vivenciamos na atualidade. Dessa forma, trazer para a centralidade a discussão sobre a performatividade das figuras masculinas que trabalham nas creches oportuniza o diálogo sobre as performances de gênero que estão impostas na sociedade, nessa perspectiva, os movimentos feministas e LGBTQIA+, por exemplo, representam uma intervenção importante no que se diz respeito à identidade e gênero.

A importância da abordagem dessa temática insere-se principalmente no cenário contemporâneo que reforça a binaridade dos gêneros, seja por grupos conservadores, religiosos e ou políticos extremistas. Fato que, decorrente da manifestação dos sujeitos que não se conformam no padrão masculino/feminino e/ou heterossexual.

A importância da gestão democrática urge no enfrentamento ao paradigma da divisão sexual de modo a romper com os estigmas estabelecidos na sociedade, a atuação da gestão para mitigar o preconceito faz-se necessária decorrentes da garantia do direito constituído por legislações específicas possibilitando a atuação profissional dos indivíduos na sociedade independentes da sexualidade e do gênero, fomentando assim o processo democrático nos espaços públicos educacionais da sociedade brasileira.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONATTI, J.. Performatividade, assujeitamento e silenciamento do “eu gay”: reflexões entre docência e diversidade sexual. **DEDiCA Revista de Educação e Humanidades (dreh)**, Norteamérica, 0, abr. 2020. Disponível em: <<https://revistaseuq.ugr.es/index.php/dedica/article/view/11355/13117>>. Fecha de acceso: 02 dic. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 224 p. ISBN 978-85-513-0375-7.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Caderno n.78**. Editora Chão da Feira, p.1-16, Junho. 2018. Disponível em: <[https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno\\_de\\_leituras\\_n.78-final.pdf](https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf)>. Acesso em 02 de junho de 2020.

DOMINGUES, Lucíola de Castro. A família em desordem. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1131-1132, Agosto. 2004 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2004000400033&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000400033&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de junho de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000400033>.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 15, n. 1, p. 35-42, Mar. 2006 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000100004&lng=en&nrm=iso)>. access on 18 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000100004>.

Lobo, Silvia Cavalcante Lapa. **Os auxiliares de educação e o seu trabalho**. Sorocaba, SP, 2008. Disponível em: <[http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2008/Silvia\\_Cavalcante\\_Lapa\\_Lobo.pdf](http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2008/Silvia_Cavalcante_Lapa_Lobo.pdf)> Acesso em: 05 de novembro de 2020

MESOMO LIRA, Aliandra Cristina; BERNARDIM, Geovana de Paula. O

PROFISSIONAL DO GÊNERO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: COM A PALAVRA PAIS E PROFESSORES. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [S.l.], v. 9, n. 15, p. 80-97, jun. 2015. ISSN 2179-2534.

Disponível em:

<<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/2819>>.

Acesso em: 19 nov. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v9e15201580-97>.

MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 720-741, Sept. 2014. Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742014000300012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000300012&lng=en&nrm=iso)>. access

on 19 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/198053142824>.

Nascimento, R. F. do, & Garcia, M. R. V. (2018). Homo/transsexualidades e família: análise de um grupo voltado a pais e mães de LGBTs. *Laplage Em Revista*, 4(3), p.209-224. Recuperado de

<https://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/514>

Roudinesco, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 199 p. ISBN: 85-71107-00-9.

SALIH, Sarah. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.240 p. ISBN 978-85-65381-38-3.

SOROCABA. **Marco referencial da rede municipal de ensino de Sorocaba**.

Secretaria da Educação, 2017. 152p. Disponível em <

<http://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/wp-content/uploads/sites/3/2017/02/marcoreferencial.pdf>>

Acesso em 19 de novembro de 2020.

TATAGIBA, Ana Paula. Homens na educação infantil: uma análise a partir dos estudos de gênero. **Revista Fazendo o Gênero**, SP, 2010. Disponível em <

[http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278370217\\_ARQUIVO\\_HomensnaEducacaoInfantil.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278370217_ARQUIVO_HomensnaEducacaoInfantil.pdf)>.

## 10. ANEXO

### **Anexo 1. Sumula de atribuições dos auxiliares de educação do município de Sorocaba/SP:**

- Cuidar de bebês e crianças, a partir dos objetivos estabelecidos para as diversas faixas etárias conforme disposto no projeto político pedagógico da escola e nas diretrizes da Secretaria da Educação, zelando pelo bem estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, cultura recreação e lazer.

- Desenvolver atividades que estimulem as crianças a adquirirem hábitos de higiene e saúde.

- Executar, orientar, acompanhar e complementar a higiene das crianças após a defecação e micção, durante o banho, escovação de dentes, troca de vestuários e outras atividades da rotina diária.

- Colaborar na organização e desenvolver atividades lúdicas e culturais de forma integrada.

- Respeitar a criança, zelando e acompanhando-a durante o sono/repouso.

- Oferecer, acompanhar e cuidar da alimentação da criança, de acordo com as orientações recebidas dos setores competentes.

- Zelar pelo uso adequado do espaço, dos materiais e brinquedos, organizando o ambiente e os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades.

- Elaborar relatório das atividades desenvolvidas submetendo-o à apreciação superior.

- Monitorar a frequência das crianças, registrar as ocorrências do dia e levar ao conhecimento do professor e/ou da equipe gestora qualquer incidente ou dificuldade apresentada.

- Levar ao conhecimento do professor e/ou da equipe gestora à necessidade de realizar qualquer tipo de comunicação verbal ou escrita, aos pais.

- Respeitar a criança não a submetendo a nenhum tipo de constrangimento ou humilhação, seja por violência verbal ou física.

- Facilitar o desenvolvimento integral da criança nos seus diversos aspectos e dimensões, através das ações de cuidados e brincadeiras, estabelecendo uma

relação segura, estável e afetiva que contribua para sua formação social, emocional e física.

- Participar de reuniões, capacitações e cursos, quando convocados.
- Auxiliar a direção e professores na recepção dos alunos e dos pais, nos trabalhos de rotina escolar e nas atividades que envolvam a comunidade.
- Auxiliar no atendimento e na organização dos alunos, nas áreas de circulação interna ou externa da escola, e no deslocamento para outros espaços.
- Auxiliar no atendimento aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, de acordo com determinações dos profissionais especializados da Secretaria da Educação.
- Cumprir a jornada de trabalho, atuando nas unidades escolares de educação básica ou nos programas/projetos da Secretaria da Educação, nas atividades, horários e turmas determinados pelo chefe imediato.